

O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DAS ESCOLAS DO CAMPO: UMA REFLEXÃO NECESSÁRIA

Elisangela Santos Bom Conselho¹¹
Iranildes de Jesus Santos¹²
Jean dos Santos Gomes¹³

RESUMO

O referente artigo tem o objetivo analisar o Projeto Político Pedagógico - PPP de uma escola do município de Amargosa/BA, parceira do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – PIBID. A partir das discussões que tem suscitado o debate sobre Educação do Campo e as reivindicações da falta de qualidade do ensino ofertado nas classes multisseriadas buscou-se evidenciar no PPP as questões que compreendem esse contexto. Assim, temos intuito de problematizar a emergente necessidade da mudança do paradigma urbanocêntrico que predomina nas escolas do campo. Portanto, é necessário um projeto político pedagógico que consiga dar conta das especificidades das escolas situadas nesse contexto, uma educação que dê conta das demandas do povo campesino, seus anseios, sua dinâmica de vida e valor de pertença a terra.

Palavras - Chave: Projeto Político Pedagógico. Educação do campo. Classes Multisseriadas.

ABSTRACT

The related article aims to analyze the Pedagogical Political Project - PPP of a school in the city of Amargosa / BA, partner of the Institutional Scholarship Program Introduction to Teaching - PIBID. From the discussions that has raised the debate on Rural Education and claims the lack of quality of education offered in multigrade classes sought to highlight the PPP issues comprising this context. Thus, we aim to discuss the emerging need for change urbanocêntrico paradigm that prevails in schools field. Therefore, a pedagogical political project that can account the specificities of the schools located in this context is necessary, an education that takes into account the demands of campesino people, their aspirations, their dynamics of life and value of land belonging.

Keywords: Pedagogical Political Project. Rural education. Multiseriated classes.

¹¹ Graduanda do curso de licenciatura em Pedagogia, pela Universidade Federal do recôncavo da Bahia - UFRB, bolsista do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID.

¹² Graduanda do curso de licenciatura em Pedagogia, pela Universidade Federal do recôncavo da Bahia - UFRB, bolsista do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID.

¹³ Graduando do curso de licenciatura em Pedagogia, pela Universidade Federal do recôncavo da Bahia - UFRB, bolsista do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID.

Introdução

A Escola do Campo é uma identidade em construção, e, a sua consolidação demanda um projeto político e pedagógico ancorado e alicerçado na epistemologia, princípios e diretrizes que nutrem o *Movimento Por uma Educação do Campo*. Partindo dessa premissa, o presente artigo traz reflexões sobre o Projeto Político Pedagógico - PPP das escolas do campo. Foi resultado de uma das atividades de formação desenvolvidas pelo Programa de Iniciação à Docência-PIBID, especificamente pelo Subprojeto de Pedagogia “A organização do trabalho pedagógico no contexto da educação infantil e das classes multisseriadas”. Realizamos uma análise documental do PPP de uma escola do campo com classe multisseriada a partir de categorias importantes apontadas por Roseli Caldart, Nair Casagrande e Ilma Veiga Passos para a construção do PPP, e especificamente para a construção do PPP das escolas do campo. Desse modo procedemos com a análise documental objetivando identificar se o Projeto Político Pedagógico analisado incorpora tais categorias na perspectiva da identidade da escola do campo e das singularidades do multisseriamento. Assim, temos intuito de problematizar a emergente necessidade da mudança do paradigma urbanocêntrico que predomina nas escolas do campo. Defendemos a necessidade de um projeto político pedagógico que considere as especificidades das escolas situadas nesse contexto, uma educação que dê conta das demandas do povo camponês, seus anseios, sua dinâmica de vida e a sua relação de pertencimento a terra.

O presente trabalho foi desenvolvido no âmbito do Programa Institucional de Iniciação à Docência – PIBID, cuja linha pesquisa é a Organização do Trabalho Pedagógico no Contexto da Educação Infantil e das Classes Multisseriadas. O mesmo tem por objetivo analisar o Projeto Político Pedagógico - PPP de uma escola do campo com classes multisseriadas, parceira do PIBID, localizada em um dos municípios do Recôncavo da Bahia. O referido PPP foi construído em 2008 devido à determinação colocada pela Lei de Diretrizes e Bases Da Educação Nacional 9394/96. Passou por um processo de avaliação e foi reelaborada no ano de 2011.

O intuito dessa análise é colocar em pauta as questões ligadas à temática do campo, problematizando a construção do projeto político pedagógico. Partimos do pressuposto que o Projeto Político Pedagógico das escolas do campo deve ancorar-se nas concepções de educação pensada para o campo e, atender as especificidades que envolvem o contexto da Educação do Campo e das Classes Multisseriadas.

Desta forma, o artigo traz na primeira seção as discussões sobre o PPP, abordando o que é o PPP, determinações legais para a sua implementação e como deve se dar o seu processo de construção. Para tanto, foi utilizado como aporte teórico Vasconcellos (2002) e Veiga (2002). Na segunda seção problematizaremos a partir de Caldart (2008) os elementos essenciais que devem ser considerados na construção do PPP das escolas do campo. No item seguinte trazemos a análise do projeto político pedagógico mencionando a sua estrutura e as principais características da escola parceira. No último tópico trazemos algumas discussões pertinentes que precisam ser consideradas na elaboração do projeto político pedagógico em questão, ressaltando que este deve levar em conta a particularidade da população campesina.

Projeto político pedagógico da escola: notas introdutórias

Segundo Vasconcellos (2002) o Projeto Político Pedagógico (PPP) é um instrumento de mudança, que explicita as intenções e opções de uma instituição escolar visando transformar a realidade. Portanto, demarca política e pedagogicamente a identidade da escola. Para Vasconcellos (2002, p. 17).

O Projeto Político Pedagógico é o plano global da instituição. Pode ser entendido como sistematização, nunca definitiva, de um processo de planejamento participativo, que se aperfeiçoa e se objetiva na caminhada, que define claramente o tipo de ação educativa que se quer realizar, a partir de um posicionamento quanto sua intencionalidade e de uma leitura da realidade.

Nesse sentido, o PPP constitui-se como a identidade da escola. Expõe a análise da realidade de uma instituição, apresenta propostas para efetivar o que foi proposto. Vasconcellos (2002, p.18) apresenta características relativas a esse instrumento: é amplo, integral e global, normalmente é de longa duração e precisa ser construído de forma coletiva e democrática, envolvendo todos os membros que compõem a comunidade escolar. Este é concretizado de forma processual, devendo ser sempre avaliado e reconstruído. Nessa perspectiva, o projeto político-pedagógico vai além de um simples agrupamento de planos de ensino e de atividades diversas. O projeto não é algo que é construído e em seguida arquivado ou encaminhado às autoridades educacionais como prova do cumprimento de tarefas burocráticas. Ele é construído e vivenciado em todos os

momentos, por todos os envolvidos com o processo educativo da escola (VEIGA, 2002, p.1).

Contribui assim para a construção da autonomia da escola, já que diz respeito à organização do trabalho pedagógico. Segue muitas etapas e procedimentos, exige esforços de compreensão e comprometimento por parte daqueles que estarão envolvidos na sua elaboração e concretização, precisa ser elaborado na dimensão do real, sem se distanciar das concepções do plano global.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 determina em seu Art. 12 que “Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de elaborar e executar sua proposta pedagógica” (BRASIL, 1996 p.14). Assim o projeto político pedagógico torna-se uma determinação legal que contribui para a identidade da instituição, já que deve ser construído com base na realidade do contexto em que a escola está inserida. Sua construção deve ser de forma coletiva, garantindo a participação de todos os membros da comunidade escolar no processo de tomada de decisões, visando à autonomia da instituição. Segundo Veiga (2002), a construção do projeto político pedagógico deve partir dos “princípios de igualdade, qualidade, liberdade, gestão democrática e valorização do magistério”.

Para que a construção do Projeto Político Pedagógico seja possível não é necessário convencer os professores, a equipe escolar e os funcionários a trabalhar mais, ou mobilizá-los de forma espontânea, mas propiciar situações que lhes permitam aprender a pensar e a realizar o fazer pedagógico de forma coerente (VEIGA, 2002 p.3)

Essa construção exige dos participantes três níveis de competências: conceitual, procedimental e atitudinal (VASCONCELLOS, 2002 p. 36). Para tanto, demanda dos envolvidos formação e planejamento das ações que desejam realizar, fazendo uma reflexão sobre os princípios que devem nortear esse processo de construção. Assim participar da construção do PPP, constitui-se em um “direito e um dever” da comunidade”.

No que tange a estrutura do PPP, Padilha (2006, p. 90) afirma que “como se trata de um processo e não apenas de um produto, a estrutura básica de um projeto pedagógico é sempre indicativa e pode variar de escola para a escola [...]”. Sendo assim, as escolas podem possuir projetos diferentes quanto à organização estrutural, sem deixar de abordar

questões fundamentais para o seu desenvolvimento. Vasconcellos (2002) destaca que o PPP deve está estruturado a partir de três grandes elementos: Marco Referencial, que diz respeito à finalidade do projeto; o Diagnóstico que concerne na análise da realidade em que a escola está inserida e a Programação, determinando as medições propostas a serem desenvolvidas. Estes elementos devem estar articulados entre si, pressupondo que essas três dimensões estão interligadas.

Pode-se observar através do exposto que o processo de construção do PPP não é algo fácil, pois requer a participação de toda a comunidade escolar, pais, professores, alunos e funcionários. Partindo desse pressuposto, a escola precisa ter como princípio a *Gestão Democrática*, que é apontada como o tipo de gestão a ser vivida na educação pela Constituição Federal de 1998. Este aspecto possui total relevância no processo de construção desse instrumento que norteará as ações nesse ambiente. Pois, a Gestão Democrática é responsável por assegurar a participação de todos os representantes da escola nas decisões e ações desenvolvidas na instituição. Veiga (2002, p. 4) afirma que:

A gestão democrática implica principalmente o repensar da estrutura de poder da escola, tendo em vista sua socialização. A socialização do poder propicia a prática da participação coletiva, que atenua o individualismo; da reciprocidade, que elimina a exploração; da solidariedade, que supera a opressão; da autonomia, que anula a dependência de órgãos intermediários que elaboram políticas educacionais das quais a escola é mera executora.

Essa gestão “trata-se da participação crítica na construção do projeto político-pedagógico e na sua gestão” (VEIGA, 2002. p. 4), portanto, pela nossa tradição paternalista e clientelista, ainda não é algo fácil de ser consolidada no âmbito das instituições e organizações públicas. Veiga (2002) enfatiza também sete elementos que devem ser considerados na elaboração do PPP. As finalidades da escola, que é um elemento que exige reflexão sobre a ação educativa, então os educadores precisam ter clareza dessas finalidades; a Estrutura Organizacional, que diz respeito à estrutura administrativa e à pedagógica, implica a indagação sobre as características da escola, seus pólos de poder e seus conflitos, podendo então localizar os obstáculos e pensar nas possibilidades; o currículo, que é a organização do conhecimento escolar e, portanto expressa uma cultura, não podendo ser separado do contexto social; o tempo escolar, resumido ao calendário adotado pela instituição. Outro elemento indicado pela autora é o processo de decisão,

que tem prevalecido o poder autoritário e centralizador, entretanto é necessária a participação de todos no processo de decisão, o que requer a distribuição de poder. As relações de trabalho é outro item, elas precisam estar baseadas na solidariedade, na reciprocidade e na participação coletiva. Outro elemento é o respeito à avaliação, pois as atividades devem ser acompanhadas e avaliadas. O PPP precisa periodicamente ser avaliado no intuito de verificar os seus possíveis impactos na identidade da organização, do trabalho pedagógico e do processo ensino aprendizagem. Dessa forma, a construção do projeto político-pedagógico requer levar em consideração os elementos acima elencados, a fim de torná-lo um instrumento que de fato irá propiciar a consolidação dos anseios da escola.

O projeto político pedagógico das escolas do campo

A educação do Campo foi historicamente negligenciada pelo poder público. A máxima de que “homem da roça não carece de estudo” nos parece que foi a tônica que embalou as políticas públicas, principalmente as educacionais, concernente à educação das populações que vivem em áreas rurais do Brasil. Essa situação provocou mazelas que tentam ser superadas na atualidade pelas políticas gestadas a partir do *Movimento por uma Educação do Campo*. Nas últimas décadas a educação do/no campo vem se tornando pauta de reivindicações de vários movimentos sociais que buscam através de lutas e manifestos, políticas públicas que supram as necessidades existentes, para superar o paradigma que concebe o campo como o lugar do atraso e da carência (ARROYO, 2007).

Os povos do Campo, através dessas lutas buscam o reconhecimento desse espaço como um ambiente de produção de saberes anseia a valorização das suas especificidades, reconhecendo a necessidade de promover uma educação mais contextualizada. O Decreto 7352/10 que dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA pontua em seu Art. 2 a necessidade de “formulação de projetos político-pedagógicos específicos para as escolas do campo”. Sabemos que a identidade da escola do campo é um processo que está em construção. Partindo desse pressuposto, o projeto político pedagógico das escolas do campo precisa conter elementos políticos e pedagógicos específicos, que garantam a afirmação da sua identidade, enquanto escola do campo.

Nesse sentido, Roseli Caldart (2004) tem enfatizado para as especificidades do PPP das escolas do campo destacando elementos imprescindíveis que devem nortear a

construção desse documento. Para a autora, o PPP das escolas do campo precisa trazer discussões a respeito da luta pela terra e pela Reforma Agrária, pois a educação desenvolvida nesse contexto permeia outras questões como a questão da terra e das relações de produção. Deve também, tencionar o debate de outra concepção de campo e de projeto de desenvolvimento, no intuito de contribuir para uma nova qualidade de vida para a população que vive e trabalha no campo. Já que nesse espaço, na maioria das vezes ainda é desenvolvida uma educação ancorada nas concepções de Educação Rural, que se caracteriza como a Educação organizada para os trabalhadores desse meio, baseada nos interesses do capital.

É preciso entender o Campo como um território de produção de conhecimento, como espaço de vida. Tomar como referência as experiências educativas que expressam a resistência cultural e pedagógica do povo do campo. O Projeto Político-Pedagógico da Educação do Campo protagonizado e construído na luta e pela Pedagogia dos Movimentos Sociais revela-se um projeto transformador que visa à emancipação dos sujeitos que vivem no campo, bem como a superação das relações de trabalho e produção da existência humana. Ao se nutrir da concepção das pedagogias do Movimento, Socialista e do Oprimido traz uma epistemologia que conflita com as tendências e concepções que tem embalado as políticas educacionais no Brasil, principalmente aquelas que orientam a formação docente e a organização do trabalho pedagógico nas escolas por estarem alicerçadas epistemologicamente pela lógica neoliberal. Esta epistemologia ancora-se na assertiva político e social de que para trabalhar em consonância com o Projeto Político- Pedagógico da Educação do Campo a escola precisa, segundo o Movimento do Sem Terra-MST:

[...] ser transformada, exatamente porque ela não nasceu para educar a classe trabalhadora (apenas concedeu sua entrada nela para atender as demandas de formação para a reprodução das relações de trabalho capitalista) e muito menos para formar os trabalhadores para que façam uma revolução social e a torne-se um ser humano emancipado. A escola precisa ser transformada em suas finalidades educativas e nos interesses sociais que a movem, na sua matriz formativa, no formato de relações sociais que a constitui (especialmente as relações de trabalho e de gestão) e desde as quais educa quem dela participa, na visão de mundo que costuma ser hegemônica dentro dela e na forma que trabalha com o conhecimento. (CALDART, 2010, p. 67).

Ademais para Caldart (2004) a Educação do Campo defende a superação da antinomia rural e urbana e da visão predominante de que o moderno e mais avançado é

sempre o urbano. A Educação do Campo se afirma no combate aos "pacotes" - tanto agrícolas como educacionais - e à tentativa de fazer das pessoas que vivem no campo instrumentos de modelos que as ignoram ou escravizam. Ademais, a educação do campo é um projeto de política e de educação que supera a concepção alienista de educação ao defender a construção de um projeto de educação do campo construído pelos sujeitos do campo.

Ainda para a autora, o PPP das escolas do campo precisa tencionar o debate sobre as alternativas de trabalho e opções de projetos de desenvolvimento locais e regionais que possam devolver dignidade para as famílias e as comunidades camponesas. Na construção do projeto político e pedagógico da Educação do Campo deve ser incluída uma reflexão sobre a valorização dos educadores que atuam no Campo, uma vez que muitos desses profissionais por atuarem neste contexto são invisibilizados. Outro elemento a ser instituído no projeto político e pedagógico das escolas do Campo são as próprias escolas, pois elas são um espaço de formação e de socialização onde se constrói as relações sociais e que auxilia os educandos na construção de uma visão de mundo bem como na construção de sua identidade, valorizando assim a sua cultura enquanto sujeitos do campo. No projeto político e pedagógico das escolas do Campo deve haver também uma reflexão sobre os diferentes saberes os quais os indivíduos do campo possuem, valorizando e potencializando-os, contribuindo assim para socialização e produção de novos saberes.

Os elementos destacados por Caldart como necessários ao PPP das escolas do campo mostram um pouco da complexidade e profundidade política e pedagógica do Movimento da Educação do Campo, e o rigor necessário para à construção do PPP tendo em vista a identidade das escolas do campo. Fazem-se indispensáveis projetos que intencionem o debate sobre a Educação do Campo e sobre as classes multisseriadas, as quais na maioria das vezes são a única oportunidade de escolarização para crianças e adolescentes camponeses.

O projeto político pedagógico da escola do campo: um relato de experiência

O projeto político pedagógico das escolas do Campo do município é construído por Núcleo¹⁴, ou seja, é elaborado um único PPP para todas as escolas que compõem

¹⁴A Secretaria Municipal de Educação de Amargosa organiza as escolas do campo do município em um sistema de Nucleação Administrativa. Cada Núcleo tem uma diretora e uma coordenadora pedagógica. No

determinado núcleo. O PPP analisado apresenta a seguinte estrutura: apresentação, introdução, pressupostos de referências, diagnóstico, pressupostos etimológicos, marco operacional, organização pedagógica da unidade escolar e considerações finais.

Na apresentação o documento explicita o processo de construção do PPP, ressaltando de forma breve o objetivo e o processo de reelaboração do mesmo. Na introdução é feita de forma sucinta uma discussão teórica sobre projeto político pedagógico. Para tanto, é utilizado como aporte teórico: a LDB de 1996, Vasconcellos (2004) e Veiga (2000). Nos pressupostos de referência, é abordada a caracterização do núcleo 06 e das escolas que o compõe. No que se refere à caracterização do núcleo, o presente documento apresenta as 06 escolas e as comunidades em que elas estão inseridas, bem como, as modalidades de ensino ofertado em cada instituição. Neste item ainda é destacado a Caracterização da Educação do Campo tomando como referencial teórico as Diretrizes Operacionais da Educação do Campo. Para, além disso, é citada: a visão, missão, valores e compromissos que a escola deve assumir. No item diagnóstico são apresentados os dados quantitativos do Índice de Desenvolvimento da Educação (IDEB) de uma das escolas do núcleo.

O tópico que se refere aos pressupostos epistemológicos aborda as concepções de: Sociedade, Educação, Educação do Campo, Educação em Tempo Integral, Educando, Ensino-Aprendizagem, Currículo, Avaliação e Planejamento que a escola precisa tomar como norte na organização do trabalho pedagógico e, por fim, um sucinto comentário sobre a Pedagogia Histórica-Crítica. No Marco Operacional são abordadas as ações, metas e o plano estratégico. O item Organização pedagógica da unidade escolar subdivide-se em cinco tópicos:

- 1) Educação Infantil e Ensino Fundamental, que traz os objetivos, as orientações didático-metodológicas, a organização da proposta pedagógica, os projetos, programas especiais e a avaliação de cada uma das respectivas áreas do ensino;
- 2) Educação Especial em uma perspectiva inclusiva;
- 3) Avaliação Institucional;
- 4) Plano de avaliação e monitoramento do PPP.
- 5) E as Considerações Finais na qual é mencionada a experiência e o objetivo da reelaboração do projeto político pedagógico do núcleo 06.

total as escolas do campo de Amargosa são agrupadas em 6 Núcleos Administrativos tendo como referência para este agrupamento as características territoriais.

No tópico destinado à Escola, destacam-se algumas das características da instituição como: o histórico da escola, as reformas que foram realizadas, a oferta de matrículas, bem como os programas de que a escola fazia parte e o quadro de profissionais, mostrando as especificidades da função de cada um. Faz a caracterização dos alunos, dos pais e da escola, destacando os aspectos físicos e os recursos didáticos e pedagógicos. As questões econômicas, sociais e culturais da comunidade não são tensionadas, uma vez que o projeto político pedagógico abrange as características do núcleo que é composto por 06 escolas de comunidades distintas.

Na construção de um projeto político pedagógico para as escolas do Campo deve-se considerar uma nova proposta de educação que contemple as particularidades da população camponesa. É considerar a luta e bandeira histórica da classe trabalhadora bem como, o contexto de vida do camponês. Assim, pensar em Educação do Campo é pensar em uma educação de qualidade que atenda as especificidades desses indivíduos. Nessa perspectiva, faz-se necessário pensarmos em um projeto político pedagógico que der conta de atender estas especificidades, ou seja, um projeto que valorize a identidade, a cultura e a diversidade de saberes do homem do Campo.

Em virtude da análise realizada, percebe-se que é necessário (re) significar o PPP em questão, refletindo sobre as discussões que contemple as singularidades da Educação do Campo, essencialmente das classes multisseriadas, provocando o debate denso e político acerca das questões que tocam o Movimento Por uma Educação do Campo, tendo em vista que no PPP analisado elas são mencionadas de maneira bem superficial.

Além disso, compreendemos que as relações de trabalho precisam ser problematizadas e percebidas como princípio educativo, particularmente neste projeto, tendo em vista que os alunos dessa região auxiliam os pais nas atividades da lavoura cotidianamente. A Educação do Campo nasceu colada ao trabalho e à cultura do campo. E não pode perder isso em seu projeto pedagógico. O trabalho forma e produz o ser humano: a Educação do Campo precisa recuperar uma tradição pedagógica de valorização do trabalho como princípio educativo, do vínculo entre educação e processos produtivos, e de discussão sobre as diferentes dimensões e métodos de formação do trabalhador, de educação profissional, cotejando esse acúmulo de teorias e práticas com a experiência específica de trabalho e educação dos camponeses (CALDART 2004, p.24).

Nessa perspectiva, cabe à escola tencionar diariamente as questões que dizem respeito ao trabalho no campo, uma vez, que este é inerente à vida dos povos que vivem e dinamizam esse contexto, e ao processo de construção da sua identidade. É necessário

conter no PPP um aprofundamento da caracterização dos sujeitos, como vivem suas formas de trabalho, de lazer, evidenciando assim a questão de opressão desses povos. Interessante que se trabalhe com as características da comunidade em que a escola está inserida. Um projeto que seja construído a partir das necessidades dos trabalhadores e trabalhadoras do campo e que entenda as classes multisseriadas para além de junção de séries.

No projeto político pedagógico é indispensável à inserção da discussão sobre o perfil e trajetória de formação dos educadores que atuam no contexto da Educação do Campo e das classes multisseriadas, pois estes debatem e problematizam diariamente questões específicas do campo. Deve-se ainda desmistificar a dicotomia enraizada entre a área urbana e a zona rural em que a primeira é vista como o lugar das oportunidades, da tecnologia, do avanço, enquanto a segunda como o lugar do atraso. Se contrapor indiscutivelmente aos “pacotes”, agrícolas e educacionais, que tem como intuito fazer dos sujeitos que vivem no campo objetos, desconsiderando-os e/ou oprimindo-os. Rebelando a visão reducionista e de educação como preparação de mão-de-obra a serviço do mercado (Caldart, 2004).

Considerações finais

O PPP é de suma relevância, pois expressa a concepção de educação que se almeja para os sujeitos, portanto planejar a ideia de um projeto político pedagógico sólido é compartilhar de uma educação que seja em seu lugar de origem, em sua localidade, sem precisar se deslocar, uma vez que, é direito estudar onde mora. É refletir sobre as políticas públicas que superem a visão mesquinha e compensatória dos programas que introduzem em seus currículos, conhecimentos podados em doses homeopáticas.

Reafirmamos a necessidade real de execução da política específica para a educação, respaldada pelos pareceres 036/2001 CEB, 01/ 2006 entre outros. Dialogando diretamente com os princípios da educação do campo, propondo medidas de adequação da escola à vida nesse espaço, seja pela Pedagogia da alternância, projetos políticos pedagógicos, formação de profissionais que compreendam este contexto, respeito à diversidade, além de assegurar a participação ativa da comunidade e dos movimentos sociais na vigilância da homologação destes marcos normativos que os referenciam.

Sendo assim, necessitamos de um PPP que atenda as particularidades desses sujeitos, possibilitando-os desenvolverem a criticidade e a reflexão acerca do contexto

social em que estão inseridos, se auto afirmando enquanto indivíduo deste lugar não basta só à inclusão, mas a participação e, essencialmente a consciência de sujeitos de direitos. Compreendemos que em hipótese alguma o PPP deverá ser entendido como “projeto ofício” servindo apenas para ser enviado, passageiro, atendendo a burocracia e, nem condicionado a reprodução de um modelo enraizado.

Nesse viés, parte-se do pressuposto que o mesmo não pode ser visto como algo irrefutado, pronto e acabado, mas aberto às mudanças, acompanhando as transformações da história. Contudo, temos a ciência que esta é uma reflexão que não encerra por aqui, considerando as demandas e a concretude necessária para a construção de um projeto de sociedade que possa transgredir os arquétipos fragmentados de educação que permeiam ainda em nossa sociedade.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel. Política de formação de Educadores (as) do Campo. In: **Caderno Cedex**, nº 72, ano 2007, p.157-176 Campinas, 2007.

BRASIL. [Lei Darcy Ribeiro (1996)]. LDB: **Lei de diretrizes e bases da educação nacional** [recurso eletrônico] : Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. – 9. Ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014. Disponível em: <<file:///C:/Users/DFE/LDB%209.ed..pdf>> acesso em 22 de novembro de 2014.

CALDART, Roseli Salete. Elementos para a Construção do Projeto Político e Pedagógico da Educação do Campo. In: PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. Departamentode Ensino Fundamental. **Cadernos temáticos: educação do campo** /Curitiba: SEED-PR, 2005. - 72vp.

HAGE, Salomão Mufarrej. Movimentos Sociais do Campo e a Afirmação do direito á educação: Pautando o debate sobre as escolas multisseriadas na Amazônia paraense. In: **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, nº 217, ano 2006, p.302-312, set/dez., Brasília, 2006.

PADILHA, Paulo Roberto. Planejamento Dialógico e Projeto Político-Pedagógico da Escola. In: PADILHA, Paulo Roberto. **Planejamento Dialógico: como construir o projeto político-pedagógico da escola**. 6ª edição. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2006.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. Projeto Político-Pedagógico: Considerações sobre sua Elaboração e Concretização. In: VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Coordenação do Trabalho Pedagógico: Do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula**. São Paulo: Libertad, 2002.

VEIGA, Ima Passos Alencastro. Projeto Político-Pedagógico da Escola: Uma Construção Coletiva. In: VEIGA, Ima Passos Alencastro. (org) **Projeto Político-Pedagógico da Escola**: Uma construção possível. 14ª edição. Papirus, 2002.